



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRAS INICIATIVAS NO MUNICÍPIO DE ITABUNA

Raimunda Alves Moreira de Assis*
(UESC)

RESUMO

O texto apresenta o resultado do estudo realizado sobre os cursos de formação de professores no Município de Itabuna a partir da Primeira República. Objetiva apresentar a trajetória histórica da implantação do ensino normal, na perspectiva do desenvolvimento das políticas públicas, analisando qual o papel do Estado no que diz respeito ao seu empenho para o desenvolvimento de políticas no campo educacional, no combate ao analfabetismo e elevação do nível de escolarização. Escolhemos como estratégia metodológica a pesquisa histórica de natureza qualitativa, recorrendo a diferentes fontes bibliográficas, incluindo documentos primários, iconográficos, artefatos e história oral. Nas análises dos documentos, constatamos que a política de Estado no município tinha um caráter subsidiário, era como se a educação não se constituísse um dever, uma obrigação do poder público.

PALAVRAS-CHAVE: formação de professores; papel do Estado; Itabuna.

INTRODUÇÃO

Com a revolução de 1930 ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica e política do País. Segundo Nelson W. Sodré, começa-se uma incipiente industrialização e com isso se consolida novas necessidades no campo econômico e

*Doutora em Educação – Universidade Federal Fluminense-UFF (Niterói/RJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação (DCIE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
assisraimunda@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

educacional. O desenvolvimento do parque industrial proporcionou o surgimento de dois componentes importantes da sociedade: burguesia industrial e o operariado. Estes grupos sociais passaram a exigir o desenvolvimento de políticas públicas no campo educacional.

Neste contexto foi criado, em 1930, o Ministério de Educação e Saúde Pública, e o seu titular foi o Sr. Francisco Campos, responsável pelas mudanças estruturais do ensino no Brasil, priorizando a reforma do ensino secundário.

Este artigo procura apresentar uma síntese da memória histórica do desenvolvimento do ensino secundário em Itabuna, colocando como problema de estudo duas questões: uma interroga qual o papel do Estado no que diz respeito ao seu empenho para o desenvolvimento das políticas públicas na elevação do nível de escolarização da população no Município. E a outra questiona por que o Estado demorou tanto para ofertar um curso de formação de professores no Município de Itabuna?

Inicialmente, destacamos que não existem estudos específicos sobre a temática da formação de professores em Itabuna. Um estudo realizado por Assis (2006) argumenta a falta de produção historiográfica no campo da história da educação na Região Cacaueira. Esclarece que as informações existentes consistiam em pequenas notas de autores regionais, informando dados sobre o número de escolas, registro de matrícula, índices de aprovação, de reprovação e de evasão existente na rede de ensino do Município.

Com a perspectiva de realizar as primeiras aproximações de constituição de uma produção historiográfica no campo educacional, pretendemos desenvolver neste trabalho a reconstituição da memória histórica dos primeiros cursos de formação de professores no Município de Itabuna.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SECUNDÁRIO/NORMAL NO MUNICÍPIO DE ITABUNA

A discussão sobre a implantação de escolas secundária no Município de Itabuna tem as suas bases desde 1909. Contudo, a implantação de escolas nesse nível do ensino somente ganha força a partir de 1930, quando o estado assumiu para si a organização da estrutura do ensino, em nível nacional (ASSIS, 2006).

Apesar dos esforços do recém criado Ministério da Educação, de organizar as bases de um sistema nacional de ensino, a realidade no interior do País era bastante adversa a sua implantação e, em particular, no município de Itabuna.

É bastante revelador um artigo publicado no Jornal *O Intransigente de Itabuna* de circulação regional na década de 1930, intitulado “O Problema da Instrução”. Da sua apreciação, constatamos que a falta de professores diplomados no Município constituía-se num dos mais graves problemas que os governantes teriam que enfrentar para organizar a rede de ensino da cidade. Dizia o documento:

O problema da instrução

Ferradas sem escolas - recebemos muitas reclamações dos moradores de ferradas que com uma população infantil de mais de quatrocentas crianças necessitando das luzes do abc, possuem somente uma escola e esta privada do sexo feminino.

Antes das legais exigências do Sr. Dr. Delegado Escolar, esta deficiência era suprida por 4 escolas particulares, uma delas dirigida por uma professora diplomada, e as outras por leigas competentes, todas de idoneidade moral e de sãs virtudes. Ninguém nega a necessidade legal necessária ao funcionamento da escola particular como seja o competente registro do departamento de ensino.

Há casos, porém que podem mais do que a lei. Este é um deles. Muito melhor que funcionem escolas sem registro, do que ficarem centenas de crianças em completo analfabetismo.

Ninguém melhor do que os próprios pais de famílias para fiscalização da idoneidade dos professores de seus filhos. Se o delegado é tão rigoroso em assuntos que tais, deveria ser o primeiro a providenciar a que não faltassem escolas em todos os núcleos como o de Ferradas



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

e outros existentes em nosso município, onde é grande o número de crianças condenadas a completa ignorância.

Para um país como o nosso 80% de analfabetos é desabonador o gesto do Dr. delegado escolar, principalmente sabendo que os professores particulares de Ferradas estavam providenciando o registro de suas escolas, cujos papéis se acham retardados na diretoria do ensino em Bahia³⁴⁸.

Outra questão pontuada pela matéria é a problemática vivenciada pelos dirigentes e pela população local em razão do fechamento de algumas escolas. A comunidade não aceitava esta atitude dos governantes e denunciava através da imprensa escrita, *O Intransigente*, o quadro caótico em que a educação do município se encontrava, pontuando todas as suas mazelas, inclusive a própria carência de professores diplomados na região. Dessa situação, o redator faz alguns questionamentos sobre o fechamento das escolas do Distrito de Ferradas pelo Delegado Escolar, motivado pela falta de registros na Diretoria do Ensino da Bahia, acrescido da situação dos regentes que ensinavam sem o devido credenciamento.

O documento revela que era consenso a necessidade da legalização das escolas, afirmando “há casos que podem mais do que a lei e, este é um deles”. Continua a nota: “Muito melhor que funcionem escolas sem registro, do que ficarem centenas de crianças em completo analfabetismo” (Fonte: Jornal *O Intransigente* de 02/05/1936- nº. 35, p. 1).

Nesse ambiente de discussão criou-se uma grande polêmica pela - defesa da melhoria do quadro educacional itabunense. Agora, não se questionava somente a falta de professores diplomados. Outros pontos passaram a ser inquiridos, como por exemplo: a urgência de reorganização da rede de ensino em moldes mais modernos, a construção de espaços adequados para o desenvolvimento do ensino, a expansão dos

³⁴⁸Fonte: Jornal *O Intransigente* de 02/05/1936- nº. 35, p. 1.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

níveis de escolarização, a redução dos índices de repetências, a ampliação do número de vagas, dentre outros.

Das reivindicações apresentadas pela sociedade aos poderes públicos municipais, duas delas eram desafiadoras. A primeira dizia respeito aos recursos financeiros liberados pelos cofres públicos para a construção de grupos escolares, nos moldes das escolas dos grandes centros. A segunda referia-se, à necessidade da implantação de escolas de ensino secundário, com cursos voltados para a formação de professores.

Talvez seja oportuno demonstrar que a educação em Itabuna, na década de 1930, apresentava um grande déficit educacional. Nos estudos de Assis (2006), ela assinala que cerca de 60% da população, com idade superior a 15 anos, era analfabeta, a oferta de vagas nas escolas primárias era de somente 2.900 e a demanda potencial de alunos dos 07 aos 14 anos era de 7.428 crianças. Ficando mais da metade das crianças sem estudar. Um dos fatores limitantes para superar a deficiência do quadro educacional, nesse período, era a falta de oferta de curso secundário de formação de professores na cidade.

A entrevista concedida pela Profa. Litiza, Câmara destaca que grande parte dos professores da cidade de Itabuna eram leigos, na década de 1930, e isso persistiu por muitas décadas. Vejamos o seu comentário:

(...) eram leigos a imensa maioria dos professores do Município e alguns deles não possuíam sequer o curso elementar e, em geral, eram os habitantes do próprio povoado ou Distrito que exerciam o papel de professor, recebendo salários insignificantes e sendo responsabilizado pelo fracasso da escola pública (Entrevista concedida em 25/03/1999).

Diante de tais circunstâncias, cabe perguntar: O que foi feito para superar o quadro de carência do sistema municipal de ensino? Podemos afirmar que o caminho



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

encontrado pelo poder público foi o desenvolvimento de atividades conjuntas com a sociedade civil organizada para ampliar o número de vagas nas escolas, melhorar a estrutura física, a qualidade do ensino e implantar escola normal. Segundo observou Assis (2006) a primeira iniciativa propositiva para a criação de uma escola normal na cidade foi resultante das ações desenvolvidas pelas elites local, na figura carismática do “coronel”, fazendeiro de cacau, líder dos órgãos representativos da sociedade civil, do poder estatal e da igreja.

Notamos que neste momento, a tendência natural em Itabuna foi o esforço do Município em estabelecer “parcerias” com a sociedade civil organizada, para minimizar os problemas educacionais. Os seus principais parceiros foram: a Loja Maçônica, Lions Clube de Itabuna, Sociedade São Vicente de Paula. Essas entidades tinham a missão de cultivar a filantropia, justiça social e aperfeiçoamento intelectual, provendo serviços educacionais.

Com efeito, esta fórmula encontrada de cooperação entre Estado e Sociedade para resolver os problemas educacionais da época, significava a redução do papel do Estado como provedor de bens e serviços à população.

Daí resultava o investimento de verbas públicas nos programas educacionais voltados para os setores privados, visando desenvolver mais rapidamente o ensino no município. Estas ações mascaravam a ausência de políticas públicas a favor dos interesses das classes populares e, por outro lado, legitimava a ação governamental junto a população com o objetivo de superar a crise de credibilidade do papel do Estado. Pelo visto, já se iniciava, naquela época no Município, o modelo do Estado Mínimo, atualmente em curso com a proposta neoliberal.

A primeira Escola Normal de Itabuna

Colégio Divina Providência

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da UESC/Ilhéus-BA

Como seres do tempo e da memória procuramos reconstituir o trajeto histórico do Colégio Divina Providência. Ele foi criado por iniciativa da sociedade civil organizada e da Igreja, em 1924. Foi o Monsenhor Moisés Gonçalves Couto quem assumiu a iniciativa de concretizar um dos grandes desejos da sociedade local - fundar uma escola de curso mais avançado para as meninas da cidade. O Monsenhor Moisés advogava, ainda, a importância da educação para consolidar o desenvolvimento da região, uma vez que a cidade de Itabuna assumia a liderança regional em termos econômicos, políticos e culturais.

Em diferentes oportunidades, o padre afirmou que: “precisamos de um colégio decente para as moças desta cidade, aos moldes dos existentes na Bahia”. Foi a partir desse desejo, expressão coletiva de diferentes segmentos sociais, de modo particular dos coronéis do cacau e dos profissionais liberais, que nasceu o Colégio Divina Providência. A escola instalou-se provisoriamente na casa paroquial da Igreja Santo Antonio, (fundos da igreja) com os cursos primário elementar e complementar.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Nessa busca de implantar um centro educacional para jovens itabunenses, a sociedade mobilizou-se para arrecadar recursos para a construção do novo prédio escolar. Esteve à frente do movimento a Sociedade São Vicente de Paulo³⁴⁹ e a Associação das Senhoras de Caridade. Esta associação foi fundada por iniciativa do Monsenhor Moisés e para coordenar os trabalhos foi escolhida D. Maria de Oliveira Andrade (D. Senhorazinha) como presidente da Sociedade.

Este grupo de mulheres não mediu sacrifícios para a “construção de um colégio católico para meninas, cujos benefícios sociais e morais seriam essenciais para a sociedade itabunense”. O grupo realizou muitas atividades sociais, tais como: festivais, festas dançantes e recitais, além das colaborações pessoais com doação de somas significativas em dinheiro pelos coronéis e grandes comerciantes. Os documentos destacam como principais articuladoras da sociedade as senhoras: D. Adelina Rebouças, D. Maria Leal, D. Lindaura Barreto, D. Maria Oliveira Andrade, D. Blandina Alves, D. Minervina Couto, Cel. Henrique Alves dos Reis e Seraphim Bomfim. Este grupo arrecadou, inicialmente, CR\$ 34.234,00 (trinta e quatro mil contos e duzentos e trinta e quatro réis).

Outro grupo foi formado com a mesma finalidade: adquirir recursos para dar continuidade à construção da escola. Estiveram à frente dos trabalhos os Srs. Drs. Benjamin de Andrade, Francisco Fontes da Silva, Nicodemos Barreto, Dr. Arthur Nilo de Sant’ Anna, Godofredo Almeida do Espírito Santo, Dr. Lafayette de Barbosa e Elias Maron (NEVES, 2002). É interessante observar que as elites grapiúna tinham como objetivo: reunir recursos para iniciar a construção de um prédio escolar decente para educar as “moças desta cidade”.

349A SSVp é uma organização católica de leigos que voluntariamente se empenham no apoio a indivíduos, famílias e grupos sociais marginalizados, através de ações variadas onde se privilegia o contato pessoal e direto e a visita domiciliar, não só com intuito de aliviar a miséria material e moral, mas também a descobrir e solucionar as suas causas. <http://www.ssvpitu.org.br/ssvp.htm>.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Mergulhados na memória e nos limites do que as fontes no proporcionaram, nos foi possível identificar, seis anos depois, em 16 de fevereiro de 1930, a inauguração do Educandário da Divina Providência. Houve muitas comemorações e, segundo os jornais da época, o comércio fechou as suas portas para assistir à instalação do colégio, juntamente com a presença da comunidade. Uma matéria do Jornal Tribuna do Cacau, comemorativa aos seus 70 anos da escola, declarou que: “a sociedade itabunense se engalanou para levar as moças de família a visitar o educandário destinado ao sexo feminino” (In: Jornal Tribuna do Cacau, ano 30, em 13/03/1994).

A nova escola construída obedecia aos padrões modernos dos grupos escolares que ora se desenvolviam no país, com salas de aulas amplas, sala de direção, coordenação pedagógica, biblioteca, laboratórios, área de lazer, salão de refeitório e quartos bem equipados para alunas que ficavam internas. O colégio funcionava em regime de internato, semi-internato e externato, ofertando inicialmente os cursos primários, ginasiais e, em seguida, o curso normal.

A primeira administração do colégio ficou sob a responsabilidade da ordem religiosa da Divina Providência, com as Madres: Eurosia do Santíssimo Sacramento - Diretora, e demais Irmãs Ursulina Duner, Tereza da Sagrada Família e Tereza Alcamero, transplantando um modelo europeu de educação, nos molde francês. Tempo depois, foram substituídas pelas freiras italianas da irmandade de Santa Catarina de Sena, na pessoa da Irmã Albertina Paradisi.

Não resta dúvida da importância histórica que herdamos desta Instituição. Mas, sabemos que esta escola estava comprometida com as necessidades educacionais de uma determinada classe social: as filhas dos coronéis do cacau e dos grandes comerciantes, uma vez que este segmento social não pretendia enviar as suas filhas para outras cidades e precisavam oferecer-lhes uma educação intelectual, moral



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

e religiosa. Contrariamente, os jovens das classes populares ficavam sem freqüentar escolas do ensino secundário, intensificando-se a exclusão social. A concepção de educação como direito social não era igual para todos.

Acho oportuno afirmar, que o primeiro curso de formação de professores de Itabuna foi direcionado para atender os interesses das famílias das “daminhas da sociedade grapiúna”. Eles eram vistos “como alternativa de casamento ou para o serviço doméstico”. Dessa maneira o curso na pratica não visava suprir a principal carência do ensino local, que era a necessidade de professores diplomados para atuar nas escolas do Município, para qual foi criado.

Organização do Curso Normal

O curso estava organizado de acordo com a Reforma do ensino da Bahia, realizada por Anísio Teixeira (Lei 1.846, de 14/08/1925). Após o ensino primário, freqüentava-se o curso Complementar, como um curso geral básico e de preparação para a escola normal, sobrepondo-se paralelamente ao curso Secundário.

Pelas palavras de Tanuri,

Introduzia-se em nosso sistema de ensino uma bifurcação nos estudos gerais imediatamente após a escola primária: o curso complementar, espécie de primário superior, propedêutico à escola normal, de duração, conteúdo e regime de ensino anteriores ao secundário, e este último, de caráter elitizante, objeto de procura dos que se destinavam ao ensino superior (TANURI, 2000, p.70).

O ingresso no curso Normal do Colégio Divina Providência de Itabuna era feito através do Exame de Admissão. Esta seleção era obrigatória. O aluno submetia-se a um exame rigoroso em que se exigiam conhecimentos considerados enciclopédicos, tornando o acesso altamente seletivo. O curso era dividido em dois



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

ciclos: Estudos Complementares - preparatório ao normal- com duração de cinco anos (que equivalia ao que se chamou posteriormente de Ginásio) e o Curso Normal, com a duração de dois anos, destinado à formação das alunas-normalistas.

As orientações pedagógicas de organização do currículo seguiam as instruções estabelecidas pelas reformas educacionais nacionais e estaduais, introduzidas desde a década de 1920, e todas elas tinham características comuns. No currículo havia uma predominância de disciplinas de cultura geral, em detrimento da formação profissional, oferecendo um número reduzido de disciplinas profissionalizantes. Este modelo de formação sofreu muitas críticas na época, argumentava-se que ele não daria conta de compreender a natureza e o desenvolvimento humano, conhecimentos essenciais para habilitar alguém ao exercício do magistério.

Segundo Neves, estas críticas não chegavam a preocupar aos coordenadores do curso normal, uma vez que a sua finalidade era formar jovens cultas, sociáveis e católicas, para difundirem na família e na sociedade os valores católicos. Foi com este propósito que se formou a sua primeira turma de professorandas, no ano de 1942. A Diretora da Escola, Profa. Marieta Gondim Dias, organizou as festividades.

A programação iniciou com uma missa solene às 09 horas na Capela Santo Antonio e, em seguida a colação de grau às 10h30min horas, num dos salões do estabelecimento. O paraninfo da turma foi o Dr. Francisco Ferreira da Silva, prefeito da cidade, que patrocinou uma festa dançante, realizada nos salões da Escola Lúcia Oliveira. Estiveram presentes no ato oficial várias autoridade estaduais e municipais. O Dr. Aziz Maron foi o representante oficial do Governo do Estado e, no seu discurso, assegurou que “O Colégio Divina Providência já conseguira inspeção permanente, sendo validados, portanto, os seus diplomas, como os são, os do Instituto Normal da Bahia”.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Com o passar dos anos, já se começava a delinear a participação da mulher em alguns espaços profissionais e, de modo particular, na carreira do magistério. Desse modo, aqui no Município estas jovens professoras começaram a ocupar alguns cargos na área da educação, assumindo a direção e regência de sala de aulas, no nível do ensino primário.

CONCLUSÕES

Finalmente, as reflexões apontaram que o papel do Poder Público do Município de Itabuna ficou minimizado nesse processo de instalação de escolas para a formação de professores para as séries iniciais. Os documentos assinalaram que as ações encetadas na cidade, nesse período, foram de iniciativa da sociedade civil organizada, representada pela igreja católica, com a participação do Poder Público Municipal através da liberação de subvenções, isenção de imposto. Mas, isso não caracterizava um ato de Estado, uma ação pública.

Podemos dizer que o primeiro esforço para a implantação do curso normal da cidade nasceu do desejo da sociedade civil organizada através do Colégio Divina Providência, que formou a sua primeira turma de normalistas em 1942. Logo em seguida, uma outra iniciativa foi plantada por uma mulher idealista e católica, que acreditava na educação como forma de promoção social: D. Amélia Amado. Ela fundou em 1947 o Colégio Ação Fraternal de Itabuna, oferecendo o ensino para as séries iniciais e o curso de formação de professores.

Acrescente-se, finalmente, que estes colégios não surgiram com a preocupação de atender às necessidades educacionais pontuadas pelo Município: formar um quadro de professores diplomadas para ministrar aulas nas escolas públicas do município com vistas a melhoria da qualidade do ensino e combate ao



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

analfabetismo. Elas nasceram para atender às necessidades educacionais de uma demanda de jovens (mulheres) estudantes que não pretendiam sair para estudar em outros centros mais desenvolvidos. Estas jovens eram as filhas dos coronéis, dos grandes comerciantes e dos profissionais liberais.

Na longa trajetória do Curso de Formação de Professores em Itabuna, digo longa porque somente por volta da década de 1960, é que a rede pública estadual criou o primeiro curso normal público na cidade. O Colégio Estadual de Itabuna, implantado no ano de 1963, sendo reconhecido através do Decreto de nº 19.412 de 19 de janeiro de 1965, publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1965, mais de 20 anos depois da implantação da primeira Escola Normal, de caráter particular.

Enfim, cabe destacar que, nesse período o esforço para a implantação de uma política de formação de professores, voltada para atender as necessidades da rede escolar local, foi muito pequena por parte das autoridades responsáveis pelo desenvolvimento do ensino no Município e na Região.

Quero concluir este artigo, dizendo que a discussão sobre esta temática está somente começando e que temos um campo aberto para a continuidade de pesquisas sobre as diferentes questões da formação dos professores no Município de Itabuna.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. *Nacional e Regional na História Educacional Brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados mato-grossenses*. In: Educação no Brasil: história e historiografia/ Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001.
- ANDRADE, José Dantas de. *Documento Histórico Ilustrado de Itabuna*. Itabuna-BA: Gráfica editora de Itabuna, 1968.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. *Políticas Públicas de Educação no Município de Itabuna (Bahia): 1930-1945*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, 2008.

_____. *A Educação em Itabuna: um estudo da organização escolar (1906-1930)*. Ilhéus-Ba: Editus, 2006.

NEVES, Lorainy Lyesy França Neves. *Colégio Divina Providência: na formação das damas itabunenses: 1924-1940*. Ilhéus, BA. 2002. Monografia (Especialização em História Regional) – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

PIMENTA, Selma G. & GONÇALVES, Calos Luiz. *Reverendo o Ensino de 2º grau: propondo a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 11 ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

SOBRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 9. ed., RJ: Civilização Brasileira, 1976.

TANURI, Leonor Maria. *História da Formação de Professores*. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.61-88, Mai/Jun/Jul/Ago/2000.